

---

**GEORGE SALOMÃO LEITE**  
Coordenador

# JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Em Homenagem ao Ministro  
**LUÍS ROBERTO BARROSO**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiário:* Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Jurisdição constitucional : em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso, vol. 1 / George Salomão Leite, coordenador. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5991-229-2

1. Direito constitucional 2. Jurisdição (Direito constitucional) I. Leite, George Salomão.

22-104734

CDU-342.5

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Jurisdição constitucional : Direito constitucional 342.5

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

## SUMÁRIO

SOBRE O COORDENADOR.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO.....	11
APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – CONCEITO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	29
HENRIQUE GARBELLINI CARNIO	
1. Definição.....	29
1.1. A Constituição e o processo.....	29
1.2. A natureza processual da Constituição .....	30
2. Antecedentes históricos .....	31
2.1. Lord Edward Coke e a supremacia do <i>common law</i> : Bonham’s case, 1610 .....	31
2.2. Marbury vs Madison – ano 1.803, Suprema Corte dos Estados Unidos da América.....	34
2.2.1. Explanação histórica .....	34
2.2.2. O raciocínio do Justice Marshall.....	36
2.3. Constituição da Áustria de 1920. A contribuição de Hans Kelsen ...	37
2.4. Carl Schmitt e a defesa da Constituição .....	42
CAPÍTULO II – A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .....	45
MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA	
1. A jurisdição constitucional.....	45
2. Procedimentalismo e substancialismo.....	47
3. Governo dos juízes? .....	50
3.1. O compartilhamento de poderes.....	50
3.2. Um certo ativismo .....	52
3.3. Judicialização da legislação/política ou politização do Poder Judiciário?.....	54
4. A legitimidade da jurisdição constitucional.....	56

4.1.	O recrutamento dos juízes .....	56
4.2.	O papel do Senado .....	60
5.	A legitimidade propriamente dita das decisões da jurisdição constitucional .....	62
5.1.	O problema.....	62
5.2.	A imparcialidade do órgão jurisdicional .....	62
5.3.	O prestígio do órgão do jurisdicional.....	63
5.4.	A motivação da decisão.....	63
5.5.	Acessibilidade à decisão.....	64
5.6.	Estabilidade, previsibilidade, celeridade e igualdade .....	64
5.7.	A proximidade com as leis e a Constituição do país .....	66
5.8.	A aceitação das decisões judiciais pelos demais Poderes do Estado ...	66
5.9.	A aceitação popular .....	67
<b>CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA E CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>		<b>69</b>
GEORGE SALOMÃO LEITE		
1.	Controle de constitucionalidade: conceito e pressupostos de existência ...	69
2.	Da supremacia constitucional .....	70
3.	Classificação do controle de constitucionalidade .....	72
3.1.	Quanto ao momento da fiscalização .....	72
3.2.	Quanto ao número de órgãos incumbidos do controle de constitucionalidade .....	76
3.3.	Quanto à natureza do órgão competente para controlar a constitucionalidade .....	77
3.4.	Quanto à finalidade do controle .....	77
3.5.	Quanto à (des)vinculação a um caso concreto quando de sua provocação.....	78
3.6.	Quanto à forma de provocação do controle de constitucionalidade ...	78
<b>CAPÍTULO IV – TEORIA DA INCONSTITUCIONALIDADE: APONTAMENTOS A PARTIR DA DOCTRINA E DOS PRECEDENTES DA RELATORIA DO MIN. ROBERTO BARROSO.....</b>		<b>81</b>
PEDRO GALLOTTI KENICKE		
1.	Introdutórios.....	81
2.	Âmbito normativo da inconstitucionalidade: existência, validade e eficácia vigência .....	82
2.1.	Inconstitucionalidade no plano da existência.....	84
2.2.	Inconstitucionalidade no plano da validade .....	84

2.3. Inconstitucionalidade no plano da eficácia.....	85
2.4. Vigência ou não da inconstitucionalidade .....	86
3. Nulidade ou anulabilidade do ato inconstitucional: Marshall e Kelsen ....	86
4. Conceito de inconstitucionalidade.....	89
5. Dos tipos de inconstitucionalidade .....	90
5.1. Inconstitucionalidade formal e material.....	90
5.2. Inconstitucionalidade por ação ou omissão.....	93
5.3. Inconstitucionalidade total ou parcial .....	95
5.4. Inconstitucionalidade originária ou superveniente .....	96
5.5. Inconstitucionalidade direta ou reflexa .....	98
6. Concluídos.....	99
<b>CAPÍTULO V – CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>101</b>
DANIEL MITIDIERO	
Introdução .....	101
1. Decisão, precedente e efeito <i>Blur</i> .....	101
2. Andares, escadas e controle difuso .....	105
2.1. <i>Judicial review</i> .....	105
2.2. Incidente de inconstitucionalidade .....	105
2.3. Recurso extraordinário.....	106
2.3.1. Cabimento.....	107
2.3.2. Repercussão geral.....	120
3. Decisão.....	128
3.1. Interpretação .....	128
3.2. Controle .....	133
3.3. Efeitos .....	136
4. Precedente.....	141
Considerações finais .....	143
<b>CAPÍTULO VI – A SÚMULA VINCULANTE COMO MECANISMO DE CON- TROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>145</b>
JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR	
Introdução .....	145
1. “ <i>Stare decisis</i> ” e súmula vinculante.....	146
2. Súmula vinculante e sua disciplina constitucional .....	151
3. Decaimento da súmula .....	154
Conclusão.....	156

<b>CAPÍTULO VII – MANDADO DE INJUNÇÃO E OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS</b> .....	159
ANDRÉ RUFINO DO VALE	
1. Competência.....	163
2. Legitimidade.....	167
3. Objeto.....	173
4. Procedimento.....	180
5. Decisões e seus efeitos.....	186
5.1. Declaração da omissão inconstitucional.....	186
5.2. O problema da fixação de prazo para a atividade legislativa.....	187
5.3. <i>Cláusula de apelo ao legislador e o diálogo institucional</i> entre poderes ...	191
5.4. Aplicação analógica de outra lei.....	192
5.5. Eficácia <i>inter partes</i> e <i>erga omnes</i> .....	193
5.6. <i>Cláusula rebus sic stantibus</i> e a revisão posterior da decisão.....	195
5.7. A problemática da superveniência de lei no curso do julgamento e após a formação da coisa julgada.....	196
<b>CAPÍTULO VIII – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO</b> ....	199
RODRIGO REIS MAZZEI e CAIO SOUTO ARAÚJO	
1. Introdução.....	199
2. Competência.....	201
3. Legitimidade.....	209
4. Objeto.....	217
5. Procedimento.....	222
6. Eficácia da decisão em sede de mandado de segurança.....	233
7. Breve fechamento.....	239
<b>CAPÍTULO IX – HABEAS CORPUS</b> .....	241
JULIANO DE OLIVEIRA LEONEL e YURI FELIX	
1. O remédio heroico na sociedade contemporânea: garantias e poder punitivo.....	241
2. Competência.....	246
3. Legitimidade.....	247
4. Objeto.....	248
5. Procedimento.....	248
<b>CAPÍTULO X – HABEAS DATA</b> .....	251
SÉRGIO CRUZ ARENHART	
1. Competência.....	252

2. Legitimidade .....	253
3. Objeto .....	256
4. Procedimento .....	258
5. Eficácia da decisão em sede de <i>habeas data</i> .....	260
<b>CAPÍTULO XI – AÇÃO POPULAR: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E DISCIPLINA PROCESSUAL .....</b>	<b>263</b>
EDUARDO TALAMINI	
1. Finalidades da ação popular .....	263
1.1. A norma constitucional .....	263
1.2. Proteção do patrimônio público .....	263
1.3. Proteção da moralidade administrativa .....	264
1.4. Proteção ao meio ambiente, patrimônio histórico e cultural.....	265
1.5. Caráter não exaustivo das hipóteses previstas na Lei da Ação Popular.....	265
1.6. Combate a ações e omissões lesivas .....	266
1.7. Controle de condutas concretas.....	266
1.8. Emprego em caráter preventivo .....	267
1.9. Inaplicabilidade aos atos jurisdicionais .....	267
1.10 Instrumento de participação política .....	268
2. Legitimidade ativa e capacidade processual.....	268
2.1. “Cidadão” .....	268
2.2. Prova da cidadania.....	269
2.3. Não limitação da legitimidade ao domicílio eleitoral.....	269
2.4. Legitimação extraordinária, sem substituição processual.....	270
2.5. Irrelevância do interesse pessoal do autor.....	270
2.6. Possibilidade de litisconsórcio ativo originário.....	271
3. Legitimidade passiva .....	271
3.1. Legitimados na hipótese de lesão ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.....	271
3.2. Legitimados na hipótese de lesão ao meio ambiente, patrimônio histórico e cultural .....	272
3.3. A natureza do litisconsórcio passivo .....	272
3.3.1. Litisconsórcio necessário.....	272
3.3.2. Litisconsórcio unitário, em regra.....	272
3.3.3. Decorrências .....	273
3.3.4. Eventual litisconsórcio unitário .....	273

4.	Intervenção de terceiros e alterações subjetivas da demanda – Participação do Ministério Público .....	274
4.1.	Mudança de polo e abstenção processual.....	274
4.1.1.	Ausência de discricionariedade na opção .....	274
4.1.2.	Limite temporal para a opção .....	274
4.2.	Intervenção do Ministério Público .....	275
4.3.	Assunção do polo ativo, em caso de desistência ou abandono .....	275
4.3.1.	Limites à desistência.....	275
4.3.2.	Publicação de edital.....	276
4.3.3.	Prosseguimento da demanda pelo Ministério Público ou por outro cidadão .....	276
4.3.4.	Estabilidade objetiva da demanda .....	276
4.3.5.	“Desistência” subjetivamente parcial .....	277
4.3.6.	Desistência objetivamente parcial .....	277
4.4.	Habilitação de outro cidadão como litisconsorte .....	278
4.4.1.	Litisconsórcio ativo, facultativo, unitário e superveniente....	278
4.4.2.	Inexigibilidade de interesse específico.....	278
4.4.3.	Ausência de limite temporal.....	278
4.5.	Assunção do polo ativo em sede recursal ou executiva .....	279
4.6.	Identificação superveniente de responsáveis ou beneficiários .....	279
4.7.	Outras modalidades interventivas .....	279
5.	Dever de cooperação e as partes na ação popular .....	279
6.	Capacidade postulatória.....	280
7.	Providências instrutórias prévias à propositura da demanda.....	281
7.1.	Direito constitucional de acesso à informação .....	281
7.2.	A regulamentação na Lei da Ação Popular .....	281
7.3.	Outras normas infraconstitucionais relevantes.....	281
8.	Procedimento .....	282
8.1.	Gratuidade .....	282
8.1.1.	Não recepção do art. 10 .....	282
8.1.2.	Perda da isenção e penalidade .....	282
8.1.3.	Abrangência da gratuidade.....	282
8.2.	Observância do procedimento comum.....	283
8.3.	Requisitos da petição inicial .....	283
8.4.	Providências judiciais iniciais.....	283
8.5.	Citação .....	283
8.5.1.	Citação editalícia por simples opção do autor: inconstitucionalidade.....	283



8.5.2.	Extensão da gratuidade às despesas da citação por edital...	284
8.5.3.	Nomeação de curador especial em caso de revelia do citado por edital .....	284
8.6.	Contestação .....	284
8.6.1.	Prazo .....	284
8.6.2.	Matérias veiculáveis .....	285
8.7.	Reconvenção .....	285
8.8.	Citação tardia e o curso do procedimento .....	286
8.9.	Requerimento de provas .....	286
8.10.	Saneamento e produção probatória .....	287
8.11.	Momento da sentença depois da instrução probatória .....	287
8.12.	Ação popular e negócio processual .....	287
9.	Cabimento de “liminar” .....	288
9.1.	Impossibilidade de concessão de ofício .....	288
9.2.	Pressupostos de concessão .....	288
9.3.	Aplicabilidade a todos os bens jurídicos protegidos por ação popular .....	288
9.4.	Outras possíveis providências urgentes (antecipatórias e cautelares) .....	289
9.5.	Momento de concessão .....	289
9.6.	Desnecessidade de processo incidental .....	289
9.7.	Medida urgente antecedente .....	290
9.8.	Estabilização da tutela antecipada .....	290
9.9.	Tutela da evidência .....	291
9.10.	Mecanismos de efetivação .....	292
9.11.	Regras limitadoras de medidas urgentes .....	292
9.12.	Recorribilidade .....	293
9.13.	Incidente de suspensão .....	293
9.14.	Duração da medida urgente .....	293
10.	Sentença .....	293
10.1.	Improcedência .....	294
10.2.	Procedência .....	294
10.3.	Momento de eficácia .....	295
11.	Coisa julgada .....	295
12.	Execução da sentença .....	296
12.1.	Liquidação .....	296
12.2.	Cumprimento provisório da sentença .....	296

12.3.	A (im)penhorabilidade de salários e proventos .....	297
12.4.	“Sequestro” e “penhora” do art. 14, § 4º, da Lei 4.717 .....	298
12.5.	Extensão da legitimidade para executar.....	298
13.	Impugnação e controle das decisões.....	299
13.1.	Reexame necessário.....	299
13.2.	Incidente de suspensão da sentença.....	299
13.3.	Recurso contra a sentença .....	299
13.4.	A recorribilidade das interlocutórias .....	299
13.5.	Outros recursos cabíveis.....	300
13.6.	A extensão da legitimidade recursal.....	300
14.	Competência .....	300
14.1.	Ausência de prerrogativa de foro .....	300
14.2.	Eventual competência originária dos tribunais.....	301
14.3.	Hipóteses de competência da Justiça Federal.....	301
14.3.1.	Competência em caso de participação da União, autarquia ou empresa pública federal .....	301
14.3.2.	Competência em caso de interesse federal indireto: inter- pretação conforme a Constituição .....	302
14.3.3.	Competência em caso de concorrência de interesses federais e não federais.....	303
14.4.	Prevenção de juízo.....	303
14.4.1.	Reunião de ações conexas ou idênticas.....	303
14.4.2.	Juízo prevento .....	304
14.4.3.	Conexão .....	304
14.4.4.	Identidade de ações .....	304
14.4.5.	Conexão ou litispendência entre ação popular e outras espécies de ação .....	305
16.	Prazo “prescricional” .....	305
16.1.	Termo inicial.....	305
16.2.	Natureza.....	305
16.3.	Constitucionalidade do prazo.....	306
16.4.	A tese da imprescritibilidade da reparação do dano: limites.....	306
<b>CAPÍTULO XII – AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>		<b>309</b>
DANIEL GRANADO		
1.	Competência.....	314
2.	Legitimidade .....	316

3. Objeto .....	320
4. Procedimento .....	324
<b>CAPÍTULO XIII – O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO COMO PROCESSO OBJETIVO .....</b>	<b>331</b>
RENNAN THAMAY	
1. Controle de constitucionalidade abstrato: aspectos iniciais.....	331
2. Controle de constitucionalidade como processo objetivo: especificidade do processo de natureza não subjetiva .....	333
3. Inaplicabilidade automática do Código de Processo Civil ao controle de constitucionalidade .....	336
4. Inexistência de partes, e sim de legitimados .....	339
5. Inexistência de lide .....	343
6. Conclusão .....	348
<b>CAPÍTULO XIV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA ...</b>	<b>351</b>
EDUARDO ÁRRUDA ALVIM e MARINA DE ALMEIDA SANTOS DIAS	
1. Ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	351
2. Finalidade .....	351
3. Fundamento constitucional e integração normativa .....	353
4. Parâmetro .....	353
5. Objeto .....	354
6. Legitimidade ativa .....	355
7. A função do Advogado-Geral da União .....	356
8. Do Procurador-Geral da República.....	358
9. Da medida cautelar .....	358
10. Do mérito .....	359
<b>CAPÍTULO XV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO .....</b>	<b>365</b>
DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR	
1. Origem e generalidades .....	365
2. Natureza, finalidade e procedimento .....	366
2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão .....	369
3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência .....	370
4. Parâmetro e objeto.....	371

4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características .....	372
4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional.....	375
4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades .....	376
4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial.....	376
4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material .....	382
4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa.....	382
4.4.	As omissões controláveis.....	383
4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado .....	385
5.	Decisão e seus efeitos.....	388
6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção.....	398

## CAPÍTULO XVI – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE..... 401

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

1.	Introdução.....	401
2.	Controle de constitucionalidade concentrado.....	404
3.	Origem .....	405
4.	Finalidade .....	408
5.	Fundamento constitucional e integração normativa .....	409
6.	Parâmetro.....	411
7.	Objeto .....	412
8.	Requisitos.....	412
9.	Legitimidade Ativa .....	412
10.	Atuação do Procurador-Geral da República.....	413
11.	Medida cautelar.....	413
12.	Do Mérito .....	414
13.	A ação declaratória de constitucionalidade como forma de concretização de políticas públicas .....	415
14.	Conclusão .....	417

## CAPÍTULO XVII – A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL ..... 419

CLÊMERTON MERLIN CLÈVE

1.	Introdução: histórico, natureza e razões da medida.....	419
2.	Finalidade e procedimento.....	422
3.	Legitimidade processual ativa e passiva.....	436
4.	Os atos impugnáveis por arguição de descumprimento de preceito	

fundamental.....	441
5. Outros aspectos.....	459
<b>CAPÍTULO XVIII – TÉCNICAS DE DECISÃO NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL</b> .....	469
ADRIANO SANT’ANA PEDRA	
1. Interpretação conforme a Constituição.....	470
2. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	473
3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	476
4. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	480
<b>CAPÍTULO XIX – FATOS CONSTITUCIONAIS E PROVA</b> .....	485
LUIZ GUILHERME MARINONI	
1. Introdução.....	485
2. Dos fatos que interessam ao controle de constitucionalidade.....	487
3. Fatos legislativos e prognoses.....	488
4. Fatos pressupostos pela lei, fatos equivocadamente valorados e indevidamente ignorados pelo legislador, fatos não discutidos pelas pessoas e no Parlamento, fatos desconhecidos quando da elaboração da lei e fatos que passaram a ter outro significado com o passar do tempo.....	491
5. As normas constitucionais enquanto reveladoras dos fatos que integram a disputa constitucional: o caso exemplar do princípio da igualdade.....	498
6. A concretização da Constituição com base nos fatos.....	501
7. A natureza da incerteza que paira sobre os fatos.....	503
8. A diferença entre investigar ou descobrir um fato e esclarecer a respeito de um juízo já formado pela comunidade.....	504
9. Fatos científicos ainda discutidos na comunidade.....	505
10. Fatos inesclarecíveis.....	508
11. Os fatos legislativos diante do desenvolvimento da ciência.....	511
12. O caso da pílula do câncer: descaso em relação à necessidade de prova para negar fato científico pressuposto pelo legislador.....	514
13. Fatos influentes sobre a tomada da decisão constitucional, verificáveis por meio de prova: o caso dos botijões de gás.....	517
14. Fatos verificáveis, influentes sobre a tomada da decisão constitucional, mas que necessitam ser discutidos pela população: o caso estadunidense da eutanásia.....	518
15. Fatos insuscetíveis de pleno esclarecimento: a provisoriedade da decisão constitucional como resposta.....	520